

# B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • janeiro de 2016



## 2016: É POSSÍVEL TER ESPERANÇA?

Nesta edição:

- Evento em São Luís do Maranhão vai reunir gestores das cidades históricas
- Em 2015, centenas de Municípios tiveram repasses do FPM zerados pelo governo
- Seminário promovido pela CNM destaca iniciativas inovadoras na gestão municipal

## Gestão municipal

# Seminário promovido pela CNM, no final de 2015

O **Seminário de Iniciativas Inovadoras de Gestão Municipal** promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), no dia 10 de dezembro, foi uma das últimas atividades do ano. Em resumo, o encontro reuniu os representantes municipais que desenvolveram projetos ousados e bem-sucedidos para premiá-los e divulgar as iniciativas. Como parte da programação do projeto **MuniCIÊNCIA**, lançado pela entidade em maio, foi aberto um seminário com espaço para troca de experiência entre os participante. O evento contou com a presença do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes.

Durante a cerimônia de abertura, o vice-presidente da CNM, Glademir Aroldi, enfatizou a iniciativa, que é mais uma forma de apoio aos gestores municipais e um momento muito importante tanto para entidade quanto para o Municipalismo brasileiro. “Nós todos sabemos que existem projetos de gestão inovadores em boa parte dos Municípios deste país, e é muito difícil, é muito complicado para o prefeito, o gestor, a administração pública conseguirem colocar isso na mídia nacional”, salientou Aroldi, referindo-se à visibilidade dada pela Confederação às ações. E completou: “há, efetivamente, trabalhos que melhoram a qualidade de vida das pessoas, em cada Município brasileiro”.

Diante disso, Aroldi credita ao **MuniCIÊNCIA** mérito ainda maior pela oportunidade de mostrar projetos, experiências e inovações desenvolvidos nos Municípios em meio a um cenário de tantas dificuldades. Momento que ele adjetiva como: “de crise econômica, política, social e, a mais grave de todas, crise moral”. Para o representante municipalista, as ações devem ser replicadas. “Não tem outro motivo para a gente fazer política pública: o único motivo é trabalhar, trabalhar e trabalhar muito para melhorar a vida das pessoas”, sinalizou. Ele comparou a ação a uma semente que foi plantada hoje e que dará muitos bons frutos.

Antes da participação do ministro do TCU, o diretor de Relações Institucionais e Gestão da CNM,

Gustavo Cezário, exibiu o projeto e citou como ocorreu a votação para definição do ranking. Tudo começou a partir do acompanhamento de cinco experiências como pilotos, em que foram identificadas iniciativas em Nova Ipixuna (PA), Afogados da Ingazeira (PE), Lucas do Rio Verde (MT), Sete Lagoas (MG) e Forquethina (RS). Dessas boas práticas, surgiu o projeto, lançado durante a *XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, em maio de 2015. O período de inscrição ocorreu de 15 de junho a 31 de julho, por meio de um *hotsite* criado pela CNM dedicado ao projeto **MuniCIÊNCIA**. A comissão teve de 3 a 31 de agosto para analisar, avaliar e classificar as práticas inovadoras.

De 1º a 3 de setembro foi divulgada a lista dos selecionados, e, entre 6 de setembro e 14 de outubro, os Municípios tiveram de apresentar, com informações detalhadas, as iniciativas e promover vídeo de até três minutos. Os membros da comissão receberam os materiais e, após avaliação, selecionaram o total de 10 projetos. Eles foram somados aos cinco da fase-piloto, apresentados na *Marcha* e levados à votação nacional. Também no *hotsite* do **MuniCIÊNCIA** foram disponibilizadas as 15 iniciativas para votação popular. As inscrições foram abertas no dia 14 de outubro e seguiram até o dia 25 de novembro. Das iniciativas, as cinco mais votadas foram divulgadas no dia 4 de dezembro.

O ministro do TCU iniciou sua fala com elogios ao trabalho desenvolvido pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Ele também mencionou a situação atual de crise enfrentada nos Municípios. “Os Municípios estão indo a uma situação de desmoronamento, pelo fato de ter caído a arrecadação como um todo, e o repasse do FPE e FPM caiu de forma muito acentuada”, disse o ministro ao explicar: “nós sabemos disso porque fazemos os cálculos, cabe ao TCU fazer todos os cálculos, sabemos a realidade da nação brasileira”.

“Em nível nacional, a situação é bastante difícil, mas temos que encontrar caminhos”, destacou o ministro fazendo uma menção ao cenário atual

e às iniciativas desenvolvidas nos cinco Municípios mais bem colocados no ranking do projeto. Nardes sinalizou a intenção de desenvolver uma ação com a CNM para levar aos próximos gestores os princípios fundamentais da administração pública. Sobre o seminário, o ministro reconhece os gestores participantes do projeto como a “elite da administração pública brasileira. São Municípios que se diferenciam dos demais”.

De acordo com relato de Nardes, as boas práticas mostradas pelo **MuniCIÊNCIA** devem ser levadas adiante para serem replicadas. Para ele, a partir disso, esses exemplos de governança devem ser difundidos e divulgados para que haja uma mudança na nação brasileira. Em entrevista à *Agência de Notícias CNM*, ele disse que a iniciativa é extremamente relevante para mostrar, na prática, as boas gestões e os excelentes administradores. “Precisamos interconectar essas ações e passar para cada Município a capacidade de transformação”, disse o ministro, que fez questão de ressaltar que a iniciativa da CNM tem total apoio do TCU, e avaliou que os exemplos podem ser replicados por todos Municípios, também pelos governos estaduais e federal.

## Painéis temáticos

Após a divulgação das iniciativas mais votadas no **MuniCIÊNCIA**, o *Seminário de Iniciativas Inovadoras de Gestão Municipal* continuou com painéis temáticos. O primeiro deles sobre os desafios da gestão municipal para a competitividade.

Quem abriu essa primeira discussão foi o secretário do Consórcio da Mata Norte e do Agreste Setentrional de Pernambuco (Comanas), José Luiz Júnior. Para ele, “o consórcio é fundamental, porque faz com que o gestor não pense somente no próprio umbigo. A criação do grupo traz para a gestão pública uma visão estratégica”, acrescentou.

Posteriormente, o presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota, comentou sobre a importância de trazer o

# 2015, destaca e premia iniciativas inovadoras

tema dos consórcios para o evento. “Nós estamos vivendo um momento de crise, mas cortar só por cortar [os gastos] não resolve. Precisamos pensar em outras alternativas também”.

Os convidados da mesa mencionaram também alguns desafios para a inovação. Entre eles, a mudança cultural na própria gestão. Na avaliação do prefeito de Bom Despacho (MG), Fernando Cabral, um dos itens essenciais para inovação é a criatividade. “O gestor precisa ter essa visão criativa. Às vezes é mais interessante você corrigir uma curva perigosa na estrada do que investir em mais ambulâncias, por exemplo”.

A abertura das universidades para o estudo das demandas locais foi o tema que marcou o segundo painel do evento. Três universidades brasileiras, de diferentes regiões do País, mostraram como têm contribuído para buscar a sistematização do conhecimento sobre a realidade dos Municípios.

Localizada em Minas Gerais, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) possui o projeto Casa dos Prefeitos. Ele foi criado em 2009 para discutir projetos vinculados às administrações municipais e voltados para o desenvolvimento social dos Municípios.

Outras instituições como a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) oferecem cursos focados nos temas municipais. Segundo o chefe do departamento de Direito, Ricardo Hermany, a Unisc possui mestrado e doutorado em desenvolvimento regional.

Para encerrar os debates, o representante da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Marcelo Dutra, trouxe uma metáfora que representa os desafios da aproximação entre a academia e a gestão municipal. Na lâmina, havia a figura de um prédio bem antigo e ao justificar o motivo de seu uso na apresentação ele disse: “esse prédio representa a visão que os prefeitos têm da academia: algo bonito, mas fechado e arcaico”. Dutra comentou que muitos pesquisadores também enxergam as prefeituras dessa forma, mas reforçou que essa



Agência CNM

Com placa de homenagem, as cinco boas práticas mais votadas no projeto **MuniCIÊNCIA** foram reconhecidas. O símbolo de congratulações e agradecimento à participação no projeto da CNM foi entregue durante o *Seminário de Iniciativas Inovadoras de Gestão Municipal*, do quinto ao primeiro mais votado.

**5º Astorga (PR) – Projeto Calçada Para Todos:** incentiva a participação do Cidadão, cria a responsabilidade de todos cuidarem e conservarem o patrimônio público, valoriza os imóveis contemplados, além de proporcionar melhorias na cidade deixando mais agradável e bela, ademais, melhora a autoestima e a qualidade de vida do cidadão;

**4º Ubatuba (SP) – Projeto e-emprende Fácil:** objetiva fomentar o desenvolvimento econômico por meio da implementação de processo totalmente eletrônico, instantâneo e georreferenciado de consulta de viabilidade para abertura de novos empreendimentos, em conjunto com a implantação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios;

**3º Pompéu (MG) – Projeto Políticas Públicas Sustentáveis:** sistema de Energia Fotovoltaica instalado no Centro Administrativo de Pompéu veio com uma ideia de ser pioneiro em uma energia limpa e sustentável, gerando economia em um investimento de retorno rápido. A implantação de dois kits produz, em média, 996 kWh/mês;

**2º Bom Despacho (MG) – Projeto de Inovação e Modernização da Gestão Pública Municipal:** alcançar ganhos efetivos, concretos e mensuráveis para a população, com foco nos resultados, guiado por planejamento estratégico realista, sintonizado com as necessidades do Município e plenamente integrado ao orçamento; e, por fim, o mais votado.

**1º Rio Largo (AL) – Projeto Juntos pela Segurança:** proporciona Gestão Integrada de Segurança Pública de alta qualidade, por meio da colaboração efetiva entre cidadãos e governo nas atividades de denúncias, monitoramento e troca de informações necessárias para a prevenção, resolução e combate aos problemas de segurança da cidade.

Também foi entregue um certificado de menção honrosa para o representante de Nova Ipixuna (PA), Arlindo Cavalcante, um dos dez Municípios selecionados no processo de votação nacional.

## Finanças

# Descontos no FPM deixaram milhares de prefeituras sem recursos em 2015

Fonte de sobrevivência para muitas prefeituras, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) sofreu variações ao longo do ano de 2015. Além da queda dos repasses, os gestores também tiveram de enfrentar descontos no FPM. O mais recente levantamento elaborado pela área de Estudos Técnicos da Confederação Nacional de Municípios (CNM) revela que 20% dos entes municipais tiveram todo o recurso retido pela União.

Intitulado Repasses Zerados do Fundo de Participação dos Municípios, o material leva em conta os abatimentos sobre o x decêndio de cada mês de 2015, uma vez que é nesse período que se manifestam as oscilações mais significativas. A entidade também dividiu a análise em dois momentos: o primeiro das cidades que enfrentaram descontos e o segundo daquelas que tiveram o FPM absolutamente zerado.

No ano passado, o Fundo chegou menor que o previsto em 1.957 Municípios brasileiros. Os descontos variam entre 70% e 99,9%. A Confederação destaca o período mais dramático: entre dezembro e janeiro, justamente quando incidem sobre o orçamento municipal despesas como a gratificação natalina e o 13º salário.

Em dezembro de 2015, foram 672 casos de retenção do FPM e, em janeiro, esse número salta para 756. Outro período marcante ocorre nos meses de setembro e outubro, quando a quantidade de Municípios com problemas de desconto supera os 650. Minas Gerais e Tocantins foram os dois Estados com as maiores médias de retenções parciais. Os abatimentos incidiram sobre uma média mensal de 98 e 59 Municípios, respectivamente.

## FPM ZERADO

Se ter o FPM retido já é ruim, ficar sem ele é ainda pior. Foi essa a realidade vivenciada por 1.135 Municípios no ano passado. As cidades des-



Agência CNM

ta lista não receberam qualquer valor do Fundo em um ou mais meses de 2015.

A Confederação calcula que uma média de 400 Municípios deixaram de receber o valor integral do FPM nessas condições. Os meses de janeiro, julho e setembro ultrapassaram a marca dos 600 Municípios com FPM retido e, portanto, foram os mais difíceis.

A situação fica ainda mais dramática para 25 Municípios que não receberam um centavo do primeiro decêndio do FPM ao longo de todo o ano de 2015. A maior parte deles está situada em São Paulo e Sergipe. Também foram verificados casos no Rio Grande do Norte, Roraima, Alagoas, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná.

## PEQUENAS CIDADES SEM RECURSOS

O estudo também avaliou o impacto das reduções de acordo com o porte dos Municípios.

Os que mais sofrem são os de pequeno porte. De acordo com o material, 982 cidades estão entre a faixa 1 e 4, que corresponde àquelas com população abaixo dos 50 mil habitantes.

A Confederação lembra que para boa parte delas a retenção do recurso, seja ela parcial ou não, afeta diretamente a gestão local. Isso porque para muitas cidades pequenas o FPM é a fonte de sobrevivência.

## CONCLUSÃO

Os dados do estudo confirmam as dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais ao longo de 2015. Além do aumento das responsabilidades impostas pelo governo federal, os Municípios tiveram de lidar com questões como os descontos do FPM.

A CNM alerta que os primeiros repasses deste ano já refletem a baixa arrecadação e a previsão é que a crise se torne ainda mais grave no ano de 2016.

## Boas práticas

# Município que enfrenta seca esbanja criatividade em projeto de reúso da água

Em meio ao semiárido brasileiro, a escassez fica apenas por conta da água. Localizado no Rio Grande do Norte, o Município Santana do Seridó não poupou criatividade para sobreviver à seca. Em entrevista para a Agência CNM, o prefeito da cidade, Adriano Gomes, fala sobre o *Projeto Palmas para Santana* e explica como tem conseguido superar as adversidades típicas da região.

Com pouco mais de 2,7 mil habitantes, a pequena cidade enfrenta constantemente a seca. Porém, esse não era o único problema em Santana do Seridó. Além da falta de água potável, havia uma questão ambiental. O esgotamento sanitário é despejado no rio local, o que pode acarretar sérios riscos de contaminação do lençol freático.

Foi a partir desse cenário, aparentemente sem solução, que surgiu a ideia do projeto *Palmas para Santana*, conta o prefeito Adriano. “A gente ia perfurar poço, não dava certo. A água era salubre. Foi quando a gente percebeu nas estações de tratamento de esgoto a solução para resolver parte dos nossos problemas”, revela.

Idealizado pela própria prefeitura, o Projeto transforma os 258 mil litros de esgoto gerado pela população de Santana do Seridó em água limpa. Essa água é utilizada na irrigação de um banco de forragem, composto por plantas nativas. “Decidimos fazer o plantio da palma forrageira, que é uma espécie nativa de regiões semiáridas”, justifica o gestor.

## Custo zero

A ideia já havia sido colocada no papel, mas ainda faltava um elemento essencial: recursos financeiros. Então, o Município decidiu apresentar o projeto em um concurso promovido pelo Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS) no ano de 2012. Denominado Prêmio Mandacaru, ele



Pref. Santana do Seridó/RN

buscava selecionar projetos e práticas inovadoras em acesso à água.

O *Palmas para Santana* concorreu na categoria Gestão Inovadora e foi um dos vencedores. Os dois primeiros colocados receberam a premiação de R\$ 30 mil para ser investida na replicação do projeto.

## Perspectivas futuras

Neste início de implantação do *Palmas para Santana* são beneficiadas duas comunidades: os sítios Santana e São Bento. A pretensão é estender as ações também para as comunidades do Riachão, Mulunguzinho, Verdes e Espírito Santo.

## Raio-x do projeto

O *Projeto Palmas para Santana* é inovador em vários sentidos. Confira um resumo dos impactos positivos dessa boa prática:

1. **Resolve** a questão ambiental: ao fazer o reúso da água do esgotamento, o Município reduz os impactos sobre o rio local.
2. **Ameniza** os efeitos da seca: com água potável é possível produzir mais alimento para o rebanho.
3. **Contribui** com a redução da pobreza rural: o projeto gera renda para os produtores rurais.

Finanças

# FPM apresentou comport

Inflação alta, recessão, redução na competitividade da indústria, desvalorização do câmbio e balanço comercial em déficit. Esses foram alguns dos fatores que perduraram durante todo o ano de 2015, que, além de provocarem instabilidade econômica, impactaram negativamente no Fundo de Participação de Municípios (FPM).

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) analisou os repasses executados às gestões municipais no ano passado e o que se observou foi um valor transferido insuficiente para cobrir os prejuízos da desvalorização da economia brasileira. Como apontou a área de estudos técnicos da entidade, a conjuntura adversa acarretou na redução da receita tributária, principalmente dos recursos angariados pelo Imposto sobre a Renda (IR), que é o principal item do Fundo.

A análise é resultado de estudo técnico da Confederação Nacional de Municípios (CNM), que revelou diferenças das estimativas do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e dos diversos relatórios divulgados pelo Ministério do Planejamento ao longo do ano à luz do FPM. Revelou-se o que a CNM vinha dizendo ao longo de 2015: as estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o exercício passado foram artificialmente otimistas.

De acordo com o projeto orçamentário de 2015, o FPM seria de R\$ 91,105 bilhões em valores brutos, o que significaria um crescimento nominal – sem considerar a inflação

– de 10,55% quando comparado ao exercício anterior. No entanto, a estimativa do Fundo caiu quase R\$ 10 bilhões ao longo do ano, impactando direta e negativamente nas finanças municipais.

A despeito do que era estimado, R\$ 84,362 bilhões chegaram aos cofres municipais em 2015. Comparado a 2014, nota-se um aumento de 6,31% dos recursos em valores nominais, já que, naquele ano, R\$ 79,355 foram transferidos.

Tabela 1 – FPM: PLOA versus 5ª avaliação

“Fundo de Participação dos Municípios”	PLOA (A)	5ª Avaliação do Governo (B)	Diferença (A-B)
IR	322.992	297.777	-25.214
IPI	64.693	49.485	-15.208
<b>Total (IR e IPI)</b>	387.685	347.262	-40.423
<b>1% de FPM – (IR e IPI)</b>	3.877	3.473	-404
<b>22,5% de FPM – (IR e IPI)</b>	87.229	78.134	-9.095
<b>Total 23,5% (IR e IPI)</b>	91.106	81.607	-9.499

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do Ministério do Planejamento  
Observação: Valores Brutos e Nominais

A mais importante Marcha  
dos 4 anos do seu mandato

XIX De 9 a 12/5/2016  
**MARCHA**  
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

Reserve desde já esta data na sua agenda.

# Estimativo incerto em 2015



## Mais gastos municipais, menos recursos no FPM

A alta nominal do Fundo não acompanhou os aumentos constantes dos custos arcados pelas Prefeituras no último ano, que compreende, por exemplo, o reajuste do piso do magistério, de 12,98% em relação a 2014.

Além dos aumentos salariais, as despesas com manutenção da máquina pública também desafiam as receitas das gestões municipais. Segundo o Relatório da Inflação do Banco Central do Brasil de dezembro de 2015, a energia elétrica apresentou uma variação acumulada até novembro do ano passado de 50,48%. A gasolina, por sua vez, cresceu 18,61%, e a água e esgoto, 14,64% no mesmo período.

Ao longo do ano, o Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses ficou constantemente acima do teto da meta estabelecida pelo governo para a inflação. Diante disso, o valor ganho nominalmente pelo fundo foi corroído pelos efeitos do aumento generalizado de preços ocasionando uma queda real de 2,06% do FPM em 2015.

Comparando mês a mês, o repasse de março e junho de 2015 foram os únicos com crescimento satisfatório de 10,42% e 11,01%, respectivamente, frente aos mesmos meses de 2014. Outro ponto a ser destacado é que em oito dos doze meses de 2015 houve perda real para o fundo quando comparado com igual período de 2014.

Tabela 2– Desempenho real do FPM

Repasse do FPM - Valor Bruto - Deflacionado			
Mês	Ano		Cresc.
	2014	2015	
Janeiro	9.274.059.045	8.805.205.773	-5,06%
Fevereiro	9.835.473.846	8.880.072.298	-9,71%
Março	5.781.167.787	6.383.565.277	10,42%
Abril	6.554.315.754	6.840.987.477	4,37%
Mai	8.694.437.206	8.326.032.296	-4,24%
Junho	6.494.289.542	7.209.013.998	11,01%
Julho	5.577.215.301	5.305.156.876	-4,88%
0,5%		<b>970.790.354</b>	
Agosto	6.758.471.519	6.191.131.431	-8,39%
Setembro	5.890.787.882	5.133.861.924	-12,85%
Outubro	5.544.115.894	5.795.661.270	4,54%
Novembro	7.301.110.701	6.478.325.439	-11,27%
Dezembro	7.957.665.443	7.449.330.864	-6,39%
<b>1,0%</b>	<b>3.694.597.220</b>	<b>3.505.090.358</b>	<b>-5,13%</b>
<b>Total</b>	<b>89.357.707.141</b>	<b>87.274.225.634</b>	<b>-2,33%</b>

\*Dep. de Estudos Técnicos - Deflacionado (Constam repasses extras de 2015)

## Educação

# Confederação traz esclarecimentos sobre o reajuste do piso do magistério para 2016

Após a divulgação do valor do salário mínimo para o próximo ano, publicado em Diário Oficial no dia 30 de dezembro, cresceu a apreensão dos gestores municipais sobre a definição do valor do piso do magistério para 2016. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) lembra que os critérios de reajuste são diferentes para cada um deles.

Fixado pela Lei 13.152/2015, o reajuste anual do salário mínimo corresponde à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no ano anterior mais a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo ano anterior.

Esses indicadores são calculados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos casos em que o INPC de um ou mais meses do ano anterior não houver sido divulgado, o Poder Executivo poderá elaborar uma estimativa dos meses não disponíveis.

No período de janeiro a novembro deste ano, a inflação acumulada é de 10,28%. O percentual

de dezembro ainda não foi divulgado. O PIB de 2014 cresceu 0,1%. Dessa forma, ao fixar o aumento do valor do salário mínimo de R\$ 788,00 em 2015 para R\$ 880,00 em 2016, o acréscimo é de 11,67%. O INPC acumulado de 2015 considerado pelo governo federal corresponde a 11,57%.

## CRITÉRIOS DO REAJUSTE

Segundo a Lei 11.738/2008, o piso salarial do magistério é atualizado anualmente em janeiro, com o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Assim, o reajuste do piso dos professores está vinculado ao crescimento da receita do Fundeb e não à inflação.

Em períodos de desempenho positivo da economia, com crescimento da produção e preços sob controle, o crescimento da arrecadação de tributos é maior do que a inflação. Por isso, nos últimos anos, o piso do magistério foi reajustado em percentual

bem superior ao do salário mínimo.

Entre 2010 e 2015, o reajuste do piso dos professores foi de 87,5%, e o do salário mínimo de 54,5%, enquanto o INPC desse período foi de 35,3%.

## MANOBRA FEDERAL

A CNM defende a aprovação do Projeto de Lei enviado em 2008 ao Congresso Nacional propondo adoção do INPC para reajuste do piso do magistério. Como esse PL ainda não foi aprovado, continua em vigência o critério fixado na Lei 11.738/2008, e ele é que deve ser aplicado ao reajuste do piso do magistério para 2016.

Como em tempos de queda na produção e crescimento dos preços, a arrecadação tributária – e, portanto, a receita do Fundeb – cresce menos do que a inflação, o reajuste do piso dos professores deveria ser em percentual menor do que o do reajuste do salário mínimo. Entretanto, o governo federal tem estimado a receita do Fundeb em valor maior do que ela efetivamente está sendo realizada para que o reajuste do piso dos professores tenha percentual equivalente ao do mínimo.

## REAJUSTE DO PISO EM 2016

Nos últimos meses, a Confederação tem acompanhado a preocupação dos gestores com o percentual de reajuste e lutado por mudanças nos critérios de reajuste. A entidade enviou diversos ofícios ao governo federal, participou de audiências, mas, apesar da pressão, ficou definido que o piso será reajustado para 11,36% durante o exercício de 2016.

O anúncio foi feito no dia 14 de janeiro, pelo ministro Aloizio Mercadante, durante coletiva de imprensa. Esse percentual deve gerar um forte impacto sobre os Municípios brasileiros, alerta a Confederação.





Eleições 2016

## Ano eleitoral: gestores municipais devem atentar-se para condutas vedadas

Desde 1º de janeiro, algumas ações das administrações públicas municipais estão vedadas por conta do processo de eleições municipais. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) chama a atenção dos gestores para os cuidados a serem tomados. De acordo com a legislação eleitoral – Lei 9.504/1997 – e o calendário publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não são permitidas:

**1** a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de Calamidade Pública, de Estado de Emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público Eleitoral poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. Determinação prevista no parágrafo 10 do art. 73;

**2** a execução programas sociais realizados por entidade nominalmente vinculada

a candidato ou por este mantida, ainda que autorizados em lei ou em execução orçamentária no exercício anterior, conforme estabelece também o art. 73, parágrafo 11 e a Instrução do TSE 525-51.2015.6.00.0000; e

**3** a realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos que excedam à média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito, segundo especifica o inc. VII do art. 73.

O calendário eleitoral definiu as datas das eleições. No dia 2 de outubro, ocorrerá o primeiro turno e no dia 30 de outubro, o segundo turno. Por meio desse processo, todos os Municípios brasileiros escolherão prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

### Pesquisas

Outra novidade é uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que tornou obrigatório o

registro das pesquisas de opinião pública sobre as eleições municipais – destinadas a conhecimento público – na Justiça Eleitoral. A norma definiu prazo mínimo de cinco dias de antecedência a divulgação dos dados para o registro e estabeleceu punição para o não cumprimento da determinação ou em eventual divulgação de pesquisa fraudulenta. Com a constituição de crimes para os atos e as punições de detenção de seis meses a um ano e multa de R\$ 53.205,00 a R\$ 106.410,00.

### Datas

Ainda, segundo publicações do TSE, este ano a filiação partidária pode ocorrer até o dia 2 de abril – seis meses antes da data do primeiro turno das eleições; as convenções partidárias para a escolha de candidatos e definição de coligações deve acontecer de 20 de julho a 5 de agosto; o registro de candidatos pode ser feito até as 19h do dia 15 de agosto; e os políticos podem se apresentar como pré-candidatos sem que se configure propaganda eleitoral antecipada, só não pode haver pedido explícito de voto.

A CNM está nas principais Redes Sociais,  
então, curta, siga e inscreva-se.



## Conquistas

# Conquistas do movimento municipalista ultrapassam R\$ 303 bilhões em uma década

Representante dos interesses municipais, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) conquistou ao longo dos últimos anos mais de R\$ 303 bilhões para os entes federados. Uma das vitórias mais expressivas foi o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que trouxe aos cofres públicos um repasse extra de R\$ 946 milhões em 2015 e R\$ 6,84 bilhões no período de 2013 a 2014. Entretanto, os resultados da entidade vão mais além.

Considerada uma das áreas essenciais, a Educação registrou diversas conquistas importantes. A primeira delas foi referente ao repasse do salário-educação. A forte atuação da CNM junto ao Senado Federal garantiu a aprovação do Projeto de Lei (PL) 475/2003, destinando repasse direto dos recursos do salário-educação aos Municípios brasileiros. Cálculos elaborados pela área de Estudos Técnicos da entidade mostram que essa conquista representou R\$ 11,051 bilhões entre os anos de 2013 e 2014.

Após quase 10 anos de reivindicações ao governo federal, em 2004 o valor aluno/dia transferido pela União aos Municípios foi ampliado de R\$ 0,13 para R\$ 0,15. Em 2005, o repasse era de R\$ 0,18 e em 2006 ele chegou a R\$ 0,22. Um ano mais tarde, o valor já era o dobro daquele praticado em 2004. A Confederação estima que, entre os anos de 2013 e 2014, o aumento do repasse da merenda escolar tenha trazido R\$ 5,11 bilhões aos Municípios brasileiros.

O transporte escolar foi outro tema que contou com a forte atuação da CNM. A aprovação da Lei

10.880/2004, que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), foi assinada na *VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. A partir de então, os entes federados conquistaram o direito de receber auxílio no custeio

fossem aprovados. As mobilizações e os eventos promovidos chamaram a atenção das autoridades para questões importantes como os pisos e os reajustes de carreiras, a atuação dos guardas municipais e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS).



Agência CNM

das despesas com transporte escolar. No período de 2013 a 2014, o repasse foi de R\$ 955 milhões.

Mais uma vitória foi alcançada em 2002, com a criação de uma fonte de custeio para o serviço de iluminação pública, usualmente prestado pelos Municípios. Somente em 2013, foram R\$ 6,6 bilhões repassados aos entes federados.

## Atuação municipalista

Em razão da forte presença da Confederação, com o apoio das entidades estaduais, o movimento municipalista também conseguiu evitar que projetos prejudiciais aos Municípios brasileiros

## Projeções

Alguns temas relevantes para a gestão municipal ainda tramitam no Congresso Nacional, como é caso da repatriação de recursos do exterior. A Confederação elaborou uma estimativa, composta por dois cenários, que mostra o quanto os Municípios poderão receber com a medida.

No cenário otimista, onde todos os recursos serão expatriados, a divisão será feita da seguinte maneira: a União ficará com R\$ 54 bilhões, os Estados com R\$ 21,5 bilhões e os Municípios R\$ 24,5 bilhões. Já no cenário pessimista, a partilha dos recursos destina R\$ 21 bilhões para a União, R\$ 8,6 aos Estados e R\$ 9,8 bilhões aos Municípios.

Como  
acessar os  
dados?

Os gestores que tiverem interesse podem conferir as conquistas de seu Estado ou Município diretamente no *site* da Confederação. Basta acessar o *menu* institucional e escolher a opção sobre conquistas. Além dessas mencionadas, há informações sobre o Fundo de Exportação (FEX), o Apoio Financeiro aos Municípios (AFM), entre outras.

## Cidades históricas

# Encontro em São Luís (MA) vai discutir melhorias nas Cidades Históricas

Definir uma agenda para o desenvolvimento sustentável dos núcleos históricos turísticos em sintonia com a gestão urbanística das cidades. Com esse objetivo, a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a Prefeitura de São Luís e o governo do Maranhão promovem o **2º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial**. O evento acontece entre os dias 24 e 27 de fevereiro na capital maranhense.

As inscrições para o evento estão abertas e são gratuitas. No Brasil, 11 Municípios são considerados cidades-patrimônio pela Unesco. Outros 281 possuem bens culturais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Essas cidades detêm o maior patrimônio cultural brasileiro, seja de interesse nacional ou mundial. Apesar da grande representatividade, elas enfrentam vários desafios para a preservação de seus patrimônios.

Esses Municípios têm dificuldades em promover o desenvolvimento da economia local por meio do turismo. Muitos não possuem saneamento básico, pavimentação e infraestrutura turística adequada. Diante desse cenário preocupante, a Confederação articula a realização do evento para discutir ações, políticas, programas, investimentos e boas práticas que possam ser adotadas pelas cidades históricas. A intenção é desenvolver o grande potencial cultural e diversificado nessas regiões.

## Burocratização

Um entrave que inviabiliza o recebimento de recursos pelos Municípios é a burocratização imposta pelo governo federal no repasse do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das cidades históricas. O programa prevê ações de restauração dos patrimônios históricos. Lançado em 2013, o PAC das Cidades Históricas tem 424 ações



Prof. São Luís/MA

em 44 Municípios. Destas, 12% estão em obras e apenas 1% foi concluída.

O orçamento total do programa foi estimado em R\$ 1,6 bilhão, mas apenas R\$ 378 milhões estão em execução. A dificuldade enfrentada pelos Municípios para executar as obras também será discutida no evento em São Luís.

## Painéis

Ao longo do evento, estão previstos painéis que devem tratar de financiamento para gestão do

Patrimônio Histórico e Sustentabilidade da Economia (apresentação de boas práticas de negócios e alternativas de exploração do potencial econômico dos Municípios Históricos-Turísticos) e alternativas para o enfrentamento de problemas sociais.

Também estão previstos outros painéis para debater a gestão urbana, o turismo como catalisador para o desenvolvimento dos Municípios Históricos e governança. Ainda devem acontecer discussões sobre as atuações do governo federal e do Legislativo federal.



## Hotsite

Os gestores podem contribuir para o incremento do *hotsite* e das imagens do patrimônio do seu Município. Para isso, basta usar a *tag* #cidadeshistoricasCNM nas redes sociais das prefeituras. Mais informações pelo e-mail: turismo@cnm.org.br ou pelos telefones (61) 2101-6606/(61) 2101-6620.

## Finanças

# Veja estimativa de quanto os Municípios podem ganhar com a repatriação de recursos do exterior

O Plenário do Senado Federal aprovou no dia 15 de dezembro o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 186/2015, que regulariza a repatriação de recursos no exterior. A área de Estudos Técnicos da Confederação Nacional de Municípios (CNM) calcula que os Municípios brasileiros podem receber até R\$ 24,5 bilhões com a sanção da medida.

A tramitação do tema no Congresso teve início com o envio do Projeto de Lei do Senado (PLS) 298/2015 à Câmara dos Deputados. Porém, o presidente da Casa, Eduardo Cunha, sinalizou que só avaliaria o texto se fosse apresentado diretamente pelo governo. Então, surgiu o Projeto de Lei (PL) 2.960/2015 como alternativa à proposta inicial.

Essa matéria faz parte de uma das medidas sugeridas para o ajuste fiscal. Ao obter novas receitas, os parlamentares esperam equilibrar as contas públicas. De acordo com o texto do PL, será criado um Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) para obter as declarações de recursos.

A Confederação explica aos gestores que essa declaração é voluntária e válida àqueles que tenham sido proprietários desses recursos até a data de 31 de dezembro de 2014. Se a lei for sancionada, os interessados poderão aderir ao regime em um período de 210 dias a contar da publicação.

### Crítérios de licitude do dinheiro

Pela versão inicial do projeto, encaminhada pelo governo federal, alguns crimes poderiam ser anistiados. Entre eles: falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e crimes contra a ordem tributária. A nova versão do PL

também inclui nessa lista os crimes de contrabando e descaminho.

Na visão de alguns parlamentares, a absolvição dos crimes cometidos pelos contribuintes que aderem à regularização provoca receios de que haja a legalização de dinheiro vindo do crime. Muitos acreditam, ainda, que a declaração voluntária, sem comprovação de sua origem, é um instrumento falho.

### Sobre os tributos

O parecer do relator do PL na Câmara, o deputado Manoel Júnior (PMDB-PB), estabelece uma tributação diferente da que havia sido proposta pelo governo federal. A alíquota sobre o valor repatriado passaria de 17,5% para 15% referente ao Imposto de Renda (IR). Também incidiria nos cálculos uma multa de 15%, cuja arrecadação seria compartilhada com os outros entes federados nos moldes do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Ao todo, a arrecadação soma 30% do valor repatriado. Isso quer dizer que, de um montante de R\$ 10.000 no exterior, R\$ 7.000 ficariam para seu proprietário e R\$ 3.000 seriam relativos a tributo e multa previstos na legislação.

### Partilha dos recursos

Com a aprovação do Projeto, o governo federal espera arrecadar o mínimo de R\$ 40 bilhões e o máximo de R\$ 100 bilhões. Entretanto, esses dados ainda não são oficiais. A área de Estudos Técnicos da CNM elaborou seus cálculos baseada na estimativa de R\$ 100 bilhões.

Se esse cenário otimista se confirmar, a União ficará com R\$ 54 bilhões e o restante será dividido entre os outros dois entes federados da seguinte maneira: R\$ 21,5 bilhões aos Estados e R\$ 24,5 bilhões aos Municípios. Os valores por cidade podem ser consultados no *site* da CNM.



Agência CNM